

**GUIA PRÁTICO
DE SUBMISSÃO
DE TESTES
PSICOLÓGICOS
AO SISTEMA
DE AVALIAÇÃO
DE TESTES
PSICOLÓGICOS
(SATEPSI)**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

CONSELHEIROS FEDERAIS RESPONSÁVEIS

Daniela Sacramento Zanini

Fabián Javier Marin Rueda

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/ SUL, Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF.

(61) 2109-0100 / e-mail: ascom@cfp.org.br / www.cfp.org.br

Brasília, junho de 2019

Projeto Gráfico – Agência Movimento
Diagramação – Agência Movimento

COORDENAÇÃO / CFP

Miraci Mendes Astun – Coordenadora Geral

Cibele Tavares – Coordenadora Adjunta

Gerência de Comunicação (GCom)

Luana Spinillo – Gerente



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA XVII PLENÁRIO

Gestão 2016-2019

DIRETORIA

Rogério Giannini – Presidente
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-Presidente
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste
Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste
Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul
Fabián Javier Marín Rueda – Conselheiro 1
Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

CONSELHEIROS SUPLENTES

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente
Daniela Sacramento Zanini – Suplente
Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente
Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte
Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste
Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro-Oeste
Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste
Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul
Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

O objetivo deste guia é auxiliar os autores de testes psicológicos na organização do material a ser submetido ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi). Mais especificamente, este texto busca possibilitar a elaboração de materiais de testes psicológicos, principalmente manuais, de modo mais acessível ao leitor.

Para facilitar a consulta, este manual está organizado por seções independentes. Na primeira parte, são descritas sugestões gerais para a organização do manual. Na segunda parte, discute-se a apresentação de gráficos e tabelas. Na terceira, são oferecidas sugestões para a fundamentação teórica. A quarta parte trata do relato dos estudos de validade e precisão. A quinta seção refere-se aos cuidados com o processo de normatização dos escores. Por fim, na sexta parte, são discutidos os relatos de instrumentos estrangeiros adaptados ao contexto brasileiro.



1. ORGANIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS

No que se refere à organização dos tópicos do manual recomenda-se a seguinte sequência: ficha síntese, fundamentação teórica, estudos de evidências de validade e estimativa de precisão, descrição dos materiais, instruções de aplicação, correção e interpretação, estudos e tabelas de normatização e exemplos de casos. A maior parte dos usuários de testes está acostumada com essa organização. No entanto, sabe-se que os manuais são heterogêneos e demandam diferentes discussões. Assim, caso seja necessário acrescentar ou retirar alguma parte, tenha cuidado para deixar o manual com uma organização lógica, de maneira que os principais tópicos (fundamentação teórica, evidências nacionais de validade e precisão e instruções de aplicação, correção e interpretação) sejam facilmente identificáveis. Sempre que possível e aplicável, sugere-se utilizar esses termos, pois facilitam o estudo do usuário do teste, bem como a avaliação dos pareceristas ad hoc do Satepsi.

No que se refere à fluidez do texto, convém destacar que a discussão de um mesmo assunto deve ser inserida em um único tópico. “Ir e voltar” aos conteúdos em diferentes seções do manual não favorece a compreensão. Além disso, evite autoreferências (exemplo: “as amostragens foram grandes e representativas, conforme discutido em seção de normas – posterior a este capítulo”), pois elas dificultam a assimilação das informações e exigem parar a leitura, procurar o tópico de interesse (autoreferenciado) e voltar ao tópico anterior. Esse estilo de escrita, se não evitado, confere ao texto a impressão de desorganização. Lembre-se também que o manual do teste é fonte de

consulta, de maneira que o usuário deve conseguir localizar rapidamente o tópico de interesse. A dispersão do mesmo assunto em diversos tópicos torna difícil essa consulta rápida.

No que se refere ao estilo, sugere-se uma escrita didática e amigável. Ressalta-se que o manual do teste não é um artigo científico. Sugere-se que os modelos teóricos que embasam o instrumento sejam apresentados de maneira acessível. Além disso, discuta os principais resultados das pesquisas científicas de maneira a embasar o uso do instrumento e a interpretação dos escores. Se necessário, ofereça boas referências para o leitor aprofundar o conhecimento. Sempre que possível, apresente quadros, gráficos e tabelas para resumir as informações de maneira organizada.

Ainda sobre a didática, deve-se ter cuidado especial com termos técnicos da psicometria. Eles precisam ser utilizados de maneira correta, evitando ambiguidades. Por exemplo, a correlação entre o escore do teste com outra medida diz respeito às evidências de validade com relação a variáveis externas e não à estrutura interna.

Sugere-se respeito às normas cultas da língua portuguesa. É possível que erros constantes deem a impressão de descuido ou de qualidade ruim do material. Ademais, adote uma norma técnica (ex. American Psychological Association [APA] ou Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]) e padronize o documento inteiro. Nesse aspecto sugere-se atenção especial ao estilo de escrita da norma técnica, à padronização da lista de referências, termos e símbolos. A APA, por exemplo, disponibiliza uma lista dos símbolos



mais utilizados nas análises de dados. Se possível, utilize-a. Recomenda-se, ainda, atenção especial à ficha síntese. Trata-se de informações importantes que, por serem resumidas, ajudam o usuário a escolher o instrumento. Confira se a ficha síntese foi disponibilizada com as principais informações do instrumento, pois é condição mínima para a aprovação.

2. GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos e tabelas resumem informações e facilitam a rápida identificação do conteúdo, quando bem elaborados e organizados. No entanto, alguns cuidados na sua elaboração são indispensáveis.

Tais elementos devem ser intuitivos e de fácil compreensão. O autor deve dar atenção especial à diagramação: tabelas cortadas em duas ou três páginas não são adequadas; colunas desalinhadas tendem a dificultar a leitura; dados “amontoados” tampouco facilitam a compreensão.

Sugere-se não importar e colar figuras e tabelas diretamente do software de análise de dados. As saídas dos softwares usualmente contêm uma grande quantidade de informação para auxiliar as análises dos dados, no entanto, nem todas são úteis para a compreensão dos aspectos técnicos do instrumento. Nesse caso, informações desnecessárias eventualmente desestimulam a leitura e desfocam aspectos técnicos importantes. Portanto, apresente tabelas e gráficos diagramados, intuitivos e com informações relevantes para o uso do instrumento. No caso de gráficos, identificar quais foram as variáveis consideradas nos seus respectivos eixos. Gráficos de modelagens latentes (Equações Estruturais, Análise Fatorial, TRI, entre outros) merecem atenção especial. Ainda que eles possam facilitar a visualização da estrutura, perdem a utilidade quando são muito grandes. Em alguns casos, os gráficos sequer caberão em uma folha única, tornando-o provavelmente incompreensível. Se necessário, omita do gráfico algum parâmetro menos importante (declarando a omissão na nota da figura). Por outro lado, quando bem elaborado, gráficos de modelos latentes podem facilitar a compreensão de estruturas



complexas. No entanto, sempre avalie a pertinência desse tipo de apresentação, assim como se o resultado final é, de fato, intuitivo ou atrapalha a compreensão dos resultados. Nas tabelas e gráficos, sugere-se cuidado com abreviações e termos em línguas estrangeiras. Sempre que possível, use as definições completas, sem abreviações. Contudo, para melhor aproveitamento de espaço, quando as abreviações forem inevitáveis, descreva o termo completo na nota da tabela. Caso contrário, a leitura da tabela se torna ambígua. Por exemplo, em uma tabela para dados de personalidade, a abreviação “Ext” refere-se à “Extroversão” ou à variável “Externa”. Termos em língua estrangeira devem ser evitados ao máximo, e quando utilizados, devem ser acompanhados de uma explicação técnica ou tradução. Novamente, cuidado com a importação direta de tabelas dos softwares de análise, pois normalmente oferecem saídas em inglês. Evite excesso de informações nas tabelas e gráficos. Esses elementos mantêm independência do texto, mas devem ser apresentados de forma coesa. Nesse sentido, ao disponibilizar uma tabela ou gráfico, introduza-o no texto, bem como comente os resultados mais relevantes, para então apresentar uma nova tabela ou gráfico. Muitas tabelas ou gráficos disponibilizados na sequência atrapalham a leitura e desestimulam o leitor a buscar compreender os resultados. A essa sugestão, excetuam-se tabelas que tratam do mesmo assunto (por exemplo, tabelas normativas, para as quais não há motivos para comentários específicos em cada uma).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em linhas gerais, a objetividade na exposição dos conceitos teóricos que fundamentam o instrumento deve estar presente. No entanto, a objetividade não implica, necessariamente, em uma escrita superficial! Portanto, a precisão na escrita e coesão entre a revisão de literatura e o objetivo avaliativo do instrumento é imprescindível.

Primeiramente, defina de maneira explícita os construtos mensurados pelo instrumento. Construtos psicológicos, ainda que sob o mesmo nome, podem abarcar definições e modelos teóricos completamente distintos. Por exemplo, o termo Neuroticismo é utilizado pela psicanálise e pelos modelos de Eysenck e dos Cinco Grandes Fatores, com definições razoavelmente diferentes. Assim, as definições das dimensões do instrumento não podem ficar relegadas às entrelinhas da revisão teórica, mas devem ser explicitamente descritas.

Além disso, evite ao máximo assuntos tangenciais. Eles facilmente conduzem o texto à fuga do tema (por exemplo, apresentar uma revisão teórica sobre atenção para um instrumento de inteligência). Sabe-se que atenção e inteligência são construtos correlacionados, mas se o teste não se propõe a avaliar aquele conceito, evite relatá-lo. Existem exceções, quando algum construto tangencial interfere nos resultados do construto principal, e os autores querem alertar o usuário (por exemplo, aspectos motivacionais que podem interferir nos resultados de testes de inteligência). Mesmo assim, quando for necessário discutir um tema tangencial, justifique a “fuga” do tema principal e articule a relação de maneira coesa.

Da mesma forma, evite a apresentação de modelos teóricos não utilizados nos instrumentos, ainda que para o mesmo construto. Por exemplo, para um inventário de autorrelato com base nos Cinco Grandes Fatores, não há motivo para discutir a teoria psicanalítica da estrutura da personalidade. Isso pode confundir o leitor sobre qual modelo, de fato, embasa o instrumento. Portanto, elabore, de maneira objetiva, a revisão dos modelos teóricos que, de fato, sustentam a interpretação dos escores do instrumento.

Ainda no que diz respeito a objetividade da revisão teórica, é importante evitar exposições longas da história do construto. Eventualmente, é possível apresentar o histórico do construto, no entanto a concentração nessa informação pode retirar o foco de aspectos fundamentais, tais como o conceito em si, e o modelo que embasa o instrumento. Se necessário, estimula-se a apresentação do que for mais relevante para a contextualização histórica do conceito, concentrando a revisão teórica naquilo que, de fato, é fundamental para a interpretação dos escores.

Finalmente, é aconselhável dar atenção às referências bibliográficas disponibilizadas. Sempre que pertinente, aponte os textos clássicos, bem como os mais recentes. Indicar boas referências pode ajudar o usuário a aprofundar o conhecimento na área e a melhorar a interpretação dos escores do instrumento.

4. ESTUDOS DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E ESTIMATIVA DE PRECISÃO

Com relação à validade e à precisão, busque descrever os estudos utilizando termos condizentes com o anexo da Resolução CFP nº 09/2018, Standards (AERA, APA, & NCME, 2014) e Guidelines da International Test Commission (ITC). Os tipos de validade não são consensuais na literatura de psicometria. No entanto, a padronização dos termos técnicos de validade e precisão facilitam a leitura e a compreensão. Especificamente sobre a validade, sugere-se o uso da classificação das cinco fontes de evidência da validade dos Standards: Conteúdo, Relação com Variáveis Externas, Estrutura Interna, Consequências e Processo de Resposta (AERA, APA, & NCME, 2014). Quando for inevitável utilizar algum termo técnico que não esteja contido na Resolução CFP nº 09/2018, o autor deve apresentar uma breve descrição desse termo, bem como alguma referência.

Tenha cuidado com os termos técnicos. Evite usar “validade de construto” para se referir aos estudos de evidência de estrutura interna e convergente. A definição de validade de construto é muito ampla, inespecífica e abarca diferentes fontes de validade, bem como muitas técnicas. Praticamente



todas as fontes de evidência de validade se encaixam no conceito de validade de construto, e a APA não o tem utilizado nos Standards (AERA, APA, & NCME, 2014).

Sugere-se cautela com os critérios externos escolhidos para relacioná-los com os escores do teste: eles devem apresentar relação teórica com o construto psicológico. Por exemplo, o diagnóstico clínico pode ser utilizado como critério para os estudos de evidências de validade de um instrumento de psicopatologia da personalidade. Assim como é possível correlacionar a idade com os escores de inteligência, pois esse construto tem desenvolvimento conhecido ao longo das faixas etárias. De qualquer modo, justifique teoricamente a relação esperada entre o construto psicológico mensurado pelo teste e a variável critério investigada no estudo. No entanto, não convém utilizar variáveis sociodemográficas, como sexo, idade e região geográfica de maneira indiscriminada ou injustificada para evidência de validade de todos os construtos psicológicos. Sempre que possível, apresente estudos de funcionamento diferencial dos itens (Differential Item Functioning - DIF), para promover a justiça na avaliação. Os itens de um instrumento, eventualmente, podem possuir vieses em favor de algum grupo e, nem por isso, estão inaptos à prática profissional, desde que corrigidos. Estudar constantemente essas fontes de vieses e propor soluções para elas aumenta a robustez do instrumento e contribui consideravelmente para a promoção de avaliações psicológicas justas. Ressalta-se que tais estudos não são condições mínimas para a aprovação do teste, mas é desejável apresentá-los sempre que possível.

Por fim, no que tange aos estudos de evidências de validade e estimativas de precisão destaca-se a importância dos autores utilizarem recursos analíticos atuais. Sugere-se que os autores deem preferência aos métodos com evidências de sua robustez e que sejam coerentes com os avanços nacionais e internacionais da área da avaliação psicológica, especificamente, da psicometria.



5. NORMAS

Um dos aspectos técnicos mais importante para a prática da testagem psicológica diz respeito ao processo de normatização dos escores. Assim, é fundamental que o manual apresente o maior detalhamento possível da amostra que compõe o estudo normativo do instrumento. Isso permite ao usuário contextualizar os escores estimados pelo teste. Descreva as regiões em que foram coletados os dados, o período, os procedimentos, se houve algum controle para garantir ou aumentar a representatividade da amostra, bem como todas as variáveis dos participantes importantes para contextualizar e caracterizar a amostra.

No que diz respeito às amostras separadas por subgrupos (sexo, faixa etária, região, entre outros), sugere-se cuidado especial, pois usualmente o número de participantes é menor (n amostral menor). Primeiramente, é recomendável descrever no manual a justificativa técnica para a separação em subamostras de normatização. Tais partições podem, potencialmente, ajudar a promover avaliações psicológicas mais justas, no entanto, tecnicamente, diminuem o poder de comparação, e, paradoxalmente, podem inclusive reduzir a própria justiça.

Usuários de testes podem usar tabelas normativas separadas por subgrupos por acharem mais representativas. No entanto, isso nem sempre é adequado. Por exemplo, o que é mais adequado: comparar o sujeito com uma amostra nacional de 2.000 pessoas ou compará-lo com uma amostra de 50 pessoas de uma região específica? Nesse caso, qual tabela normativa é mais justa? Embora não se tenha uma resposta única para todos os casos, é possível apontar algumas diretrizes. A primeira delas diz

respeito ao DIF. Instrumentos que contenham itens com DIF exigem soluções, seja por estimação dos escores por TRI com parametrização distinta entre os grupos (por exemplo, estimar os escores com níveis diferentes de dificuldade), seja por normas distintas entre os grupos. Uma segunda reflexão refere-se aos casos em que há diferenças de média, mas não há DIF. Por exemplo, quando os itens de um instrumento de personalidade não têm DIF para sexo, mas há diferenças nas médias desses grupos. Nesse caso, também é justificável a separação das tabelas normativas, desde que ambos os grupos sejam bem representados nas amostras normativas. Sugere-se aos autores que, em ambos os casos, apresentem exemplos de como e quando usar tabelas normativas separados por subgrupos. Tais exemplos devem atentar para o contexto de possíveis aplicações do instrumento.

Independentemente de eventuais divisões das tabelas normativas, sugere-se apresentar também as normas gerais. Excetuam-se as situações nas quais uma tabela normativa geral não faça sentido. Por exemplo, um teste de inteligência para a ampla faixa etária de 2 até 70 anos, a qual engloba diferentes fases do desenvolvimento, que devem ser ponderadas na normatização dos escores. Nesse caso, a ponderação da idade na padronização dos escores é importante. Ainda assim, sugere-se justificar teoricamente a ausência de uma tabela normativa geral. Ressalta-se que a decisão de qual tabela utilizar, em cada caso específico, é de responsabilidade do profissional de psicologia, que deve avaliar o contexto da demanda e especificidades do examinando.



6. INSTRUMENTOS ESTRANGEIROS ADAPTADOS

Instrumentos internacionais adaptados apresentam vantagens e desvantagens. Como desvantagem, o processo de adaptação é bastante difícil e, nem sempre, resulta em um instrumento com itens adequados a nossa cultura. Por outro lado, a grande vantagem é a possibilidade de estudos transculturais e melhores comparações com a literatura internacional. Primeiramente, sugere-se avaliar se as vantagens do uso de um instrumento estrangeiro superam as desvantagens.

Mesmo para instrumentos estrangeiros com inúmeras evidências de validade e precisão, é necessário apresentar estudos nacionais. Ressalta-se que as evidências são, normalmente, dependentes da amostra, portanto, se a proposta é utilizá-lo no Brasil, é necessário apresentar estudos que sustentem a sua qualidade no contexto nacional. Nesse sentido, ressalta-se que o manual do teste não precisa descrever os estudos internacionais de validade e precisão (mas pode, se os autores assim desejarem). De qualquer maneira, é imprescindível apresentar os estudos nacionais.

Ao descrever os estudos, deve ser explicitado quais resultados são oriundos dos originais (estrangeiros) e quais são nacionais. Para garantir a organização do material, sugere-se apresentá-los em seções separadas (estudos estrangeiros de validade e precisão; estudos nacionais de validade e precisão). Normalmente, a compreensão do material fica comprometida, quando relatados em

capítulos únicos. Se apresentadas as normas dos estudos estrangeiros em países específicos, deve-se alertar o leitor que se tratam de normas não aplicáveis às avaliações psicológicas profissionais no Brasil.

Destaca-se que é condição mínima apresentar evidências de validade e precisão oriundas de estudos nacionais. Além disso, as evidências de validade, estimativas de precisão e normas descritas nos estudos internacionais não são contabilizadas como critérios mínimos para a aprovação do instrumento, no processo de avaliação do Satepsi. Ainda assim, sugere-se o relato dos estudos estrangeiros sempre que contribuirão para fundamentação do instrumento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este guia foi construído com o objetivo de auxiliar os autores de testes psicológicos na organização do material a ser submetido ao Satepsi. Espera-se, com isso, auxiliar os autores a redigirem os manuais dos testes psicológicos de maneira objetiva, contribuindo assim para a sua tramitação no Satepsi e, sobretudo, para o uso adequado do instrumento na prática profissional. Cumpre realçar que o presente texto apresenta sugestões da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, contudo sua observação não é obrigatória, pois não se trata de uma normativa mas de um recurso auxiliar aos autores. Por fim, disponibiliza-se, ao final do texto, uma lista de elementos que podem ser verificados antes de submeter um teste ao Satepsi.

CHECK LIST

- Contém a Ficha Síntese?
- Descreve os materiais que compõem o teste?
- Contém a descrição dos construtos e modelos abordados?
- Relata a análise dos itens (quando aplicável)?
- Apresenta indicadores de precisão?
- Apresenta, no mínimo, dois estudos de evidências de validade, sendo um de estrutura interna (quando aplicável)?
- Descreve os estudos de normatização (e justificativa para separação por subgrupos)?
- Contém as instruções de aplicação, correção e interpretação?
- Apresenta exemplos de correção e interpretação?



Conselho
Federal de
Psicologia
